



CENÁRIO POLÍTICO

Márcio Reinheimer
marcio@jornalibia.com.br
(51) 981695392

O primeiro tiro

A Câmara Municipal começa a analisar, nesta terça-feira, requerimento para a instalação de uma CPI. A iniciativa partiu do vereador Talis Ferreira (PR) e conta com o apoio da bancada governista, formada por Rose Almeida, Josi Paz e Valdeci Alves de Castro, todos do PSB do prefeito Luiz Américo Aldana. O alvo da Comissão Parlamentar de Inquérito é o Loteamento Bela Vista, no bairro Estação, aquele conjunto de casas populares erguido na segunda gestão do ex-prefeito Percival de Oliveira com "pedras podres", segundo o ex-vereador Dorivaldo da Silva. A obra foi realizada em parceria pela Prefeitura e pela União, através do Banco Economisa e da empresa ProjetoCidades. O objetivo é investigar responsabilidades na construção, fiscalização e execução das residências. Ao defender a CPI, Talis recordou a época da ocupação das casas, feitas com material de baixa qualidade. Muitas já foram entregues com paredes e aberturas danificadas.

Agilidade - A criação de uma CPI para jogar luz sobre o episódio é necessária e foi defendida diversas vezes nesta coluna durante a legislatura anterior. Na época, porém, a maioria dos vereadores não demonstrou interesse no caso. Quem acabou agindo foi o Ministério Público. Em junho de 2013, o promotor de Justiça Thomás Henrique Coletto obtive liminar obrigando os responsáveis pelas obras a fazerem a recuperação das casas e algumas obras de infraestrutura num prazo de 90 dias. Infelizmente, o Tribunal de Justiça modificou a decisão e o processo se arrasta até hoje.

Em sua decisão, em 2013, a juíza Deise Vicente determinou a execução de vários serviços na área do loteamento, como o reboco de todas as paredes internas e o piso nas casas em que não foi colocado, pintura interna e externa e melhorias no terreno, para combater a umidade e a erosão. Ao todo, eram 162 casas no loteamento.



Sangrando - Votar a favor ou contra a instalação da CPI do Loteamento Bela Vista não será o resultado apenas das convicções pessoais de cada vereador. Vão pesar - e muito - os efeitos políticos desse gesto. Se a Comissão for criada, aliados do ex-prefeito Percival e seus assessores mais próximos viram alvo, o que pode gerar problemas no relacionamento com a bancada. Ele governou pelo PMDB e hoje está no PTB, legendas que, somadas, possuem quatro cadeiras no Legislativo. Se estes legisladores votarem a favor, vão atirar Percival aos leões.

Alvo - A proposição da CPI, com o apoio da bancada governista, deve ter ainda outro efeito. Depois de dois meses de relações cordiais entre o Palácio Rio Branco e a Câmara, foi disparado o primeiro tiro. Não contra os vereadores, mas no grupo que, durante toda a primeira gestão Aldana, tentou desestabilizar o governo, liderado pelo ex-vereador Renato Kranz, braço direito de Percival, de quem foi secretário de Educação. Há quem diga que ele segue atuando nos bastidores do Legislativo através da bancada do PTB.

Déficit - Ao embarcar no projeto da CPI, o governo Aldana demonstra disposição para o confronto, o que pode desencadear ações de retaliação da oposição: Diante das dificuldades financeiras enfrentadas neste começo de segundo mandato, as críticas à Administração tendem a se tornar cada vez mais duras. Nos corredores da Câmara, há quem acredite que o déficit de 2016, que até agora não foi divulgado, seria um excelente tema para CPI. Afinal, se na campanha eleitoral o prefeito disse que havia dinheiro sobrando em caixa, por que agora está cortando serviços e dando calote nos fornecedores?

Pé - Levando em conta que tudo pode acontecer, é possível que esse primeiro tiro acabe acertando o próprio pé do governo Aldana.



Sangrando - Do ponto de vista prático, uma CPI sobre o tema, nesta altura, não teria grande relevância. Em geral, quando o parlamento apura ilicitudes na esfera pública, o resultado é encaminhado ao Ministério Público para a adoção de providências. Neste caso, porém, o MP foi muito mais ágil do que os vereadores. As vantagens estão no campo político. Durante todo o inquérito, com ampla cobertura da imprensa, o antigo governo vai "sangrar", o que é péssimo para ex-gestores que ainda têm ambições políticas.

Ressalvas - Para a aprovação do requerimento, são necessários os votos de pelo menos seis dos dez vereadores. Embora diga que não é contra a formação da CPI, o peemedebista Felipe Kinn da Silva já questionou a utilidade da comissão, uma vez que se passaram cerca de dez anos desde a construção do loteamento. Ele defendeu mais empenho em relação aos problemas atuais do bairro, como falta de esgoto, iluminação e limpeza.

Dinheiro público - Talis alegou, porém, que o loteamento foi feito com dinheiro público, ou seja, do contribuinte, do povo, e, por isso, é preciso investigar sua aplicação. Ele diz ainda que cerca de 40 famílias não são "originais" do loteamento, enquanto há aproximadamente 4 mil pessoas à espera de uma moradia em Montenegro. Outro problema que requer investigação.

Situação de abandono

O vereador Cristiano Braatz (PMDB) aproveitou seu espaço na tribuna da Câmara, quinta-feira, para falar sobre a situação caótica em que se encontra o Parque Centenário. Ele mostrou várias fotos que confirmam tanto a importância desse espaço de lazer para a comunidade como o abandono. O vereador quer saber da Prefeitura quais são os planos em curto, médio e longo prazos para o espaço. Para isso, está agendada uma reunião, às 9h desta segunda-feira, na Câmara.

Escuro - O Parque Centenário está interditado para eventos desde dezembro do ano passado, devido à necessidade de substituição das instalações elétricas. Inclusive, à noite, o espaço que era usado para passeios e caminhadas está totalmente às escuras, justamente para evitar acidentes provocados, por exemplo, por algum curto circuito. A comunidade torce para que estes problemas sejam resolvidos logo, mas é difícil.

Sem ar

O calor dos últimos dias representa um sofrimento extra às crianças e aos professores que estão voltando das férias. A maioria das instituições públicas de ensino - estaduais e municipais - não possui salas de aula climatizadas. Em alguns casos, os pais até adquiriram os equipamentos via CPM, mas a concessionária de energia - a quem cabe suprir esta demanda - não parece muito disposta a investir em subestações. E tanto a Prefeitura quanto o Estado alegam não ter dinheiro.

Mais prazo

rio estadual da Fazenda, Giovanni Feltes, um ofício solicitando a prorrogação da obrigatoriedade de emissão da NF-e por parte dos produtores rurais integrados. A medida passa a valer no dia 1º de abril. Bacci recebeu a solicitação dos trabalhadores rurais integrados do Vale do Cai, mas esclarece que a preocupação é de todo o Estado.

Sensível - De fato, os produtores rurais ainda apresentam inúmeras dificuldades para implantação do sistema. Muitos não têm nem acesso à internet, visto que localidades mais afastadas sequer possuem sinal de rede, o que acaba inviabilizando a emissão de notas fiscais eletrônicas", justifica o parlamentar. Espera-se que o governo tenha um pingue de sensibilidade.

Rapidinhas

* Se não houver nenhum imprevisto, depois de cinco anos, os montenegrinos finalmente terão de volta a sua Biblioteca Pública no centro da cidade. A Administração Municipal quer fazer a reinauguração em 5 de maio. Será um presente para a comunidade no dia do aniversário do Município.

* Durante um processo de nomeação, a Câmara de Vereadores descobriu que o candidato a um cargo de confiança apresentou um documento falso. Em breve, deve ser formalizada uma denúncia na Polícia contra o "aprendiz de esperto".

* Os advogados Vinícius Kirsten e Adriano Bérnago trocaram de trabalhos. Kirsten, que até a alguns meses assessorava a Câmara de Vereadores de Montenegro, agora presta consultoria à de Parci Novo. E Bérnago, que atuava na cidade vizinha, passou a dar expediente na beira do Rio.

* O vice-prefeito Carlos Eduardo Müller voltou a aparecer em fotos ao lado do prefeito Aldana.